



Aliança pela Alimentação
Adequada e Saudável



Construindo Planos Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica:

articulação de experiências e saberes locais



2024

Organização:

Grupo Temático Produção e Consumo de Alimentos da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável (GT Produção e Consumo).

Sistematização de relatos e autoria:

Marianna Miranda Rodrigues Vidal.

Contribuições e acompanhamento técnico:

Beatriz Gouveia Moura, Glenn Masakazu Makuta, Paula Gabriela Elias Chianca e Normal Sueli Marques da Costa Alberto.

Revisão e copidesque:

Ivna Feitosa.

Diagramação e ilustrações:

Coletivo Piu.

Como citar: GT Produção Consumo, Grupo Temático Produção e Consumo de Alimentos da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; Vidal, M.

M. R. **Construindo Planos Estaduais de Agroecologia e Produção**

Orgânica: articulação de experiências e saberes locais. GT Produção e Consumo, 2024.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
A Aliança e seu GT Produção e Consumo de Alimentos	4
Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: experiências das estaduais	5
Construindo o Ciclo de trocas: como se deu o projeto?	6
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PLEAPOS	10
Mobilizações de participação social, potências e desafios	10
Os Planos Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica	18
Relacionando os PLEAPOS com temáticas do GT Produção e Consumo de Alimentos	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
Referências	26
Lista de siglas	27



APRESENTAÇÃO

A Aliança e seu GT Produção e Consumo de Alimentos

A Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável possui em sua agenda, organizada em 10 temas estratégicos, a incidência política e a mobilização social para a efetivação de políticas públicas. Vale destacar dois temas: 1. Fortalecimento da agroecologia e da agricultura familiar; e 2. Promoção, proteção e apoio aos saberes e práticas convergentes com a alimentação adequada e saudável, nos quais se baseiam a existência e a atuação do grupo de temático (GT) Produção e Consumo de Alimentos, que traz como um de seus eixos suleadores o fortalecimento da articulação e do diálogo com organizações que atuam com a produção de alimentos adequados e saudáveis. Partindo dessa agenda, em reuniões do GT com seus integrantes de diferentes estados do Brasil em 2023, foi motivada a realização de encontros virtuais para compartilhamento dos processos de articulação e construção de Planos Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPOs). O intuito dos encontros foi o de contribuir para a sensibilização e engajamento de pessoas e/ou grupos ainda não mobilizados sobre o tema e para que aqueles já envolvidos pudessem trocar informações, potencializando suas ações e reflexões sobre o processo em seu território. Assim, foi iniciado o projeto *Ciclo de trocas: Aprendendo e construindo saberes para o fortalecimento dos Planos Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPOs)* com apoio financeiro do Instituto Ibirapitanga.

Para que o *Ciclo de trocas* fosse registrado e compartilhado para mais pessoas, foi desenvolvida esta cartilha como um desdobra-

mento do projeto. Por meio da mobilização social e construção participativa com diferentes atores sociais do campo da agroecologia e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) no país, o objetivo da cartilha é apresentar processos e aprendizados nas diferentes caminhadas de construção dos planos nos estados que participaram dos encontros.

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: experiências das estaduais

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída pelo [Decreto nº 7.794/2012](#) para integrar, articular e adequar políticas indutoras da produção orgânica e de base agroecológica. Apresenta-se como um marco no Brasil, sendo a primeira política pública voltada para o fomento da agroecologia e da produção orgânica. Estabelece como seu principal instrumento o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), lançado em 2013, por meio de um grande processo de construção participativa com a sociedade civil e o poder público.

O PLANAPO já teve duas edições: PLANAPO I, de 2013 a 2015, e PLANAPO II, de 2016 a 2019 (CIAPO, 2013; 2016). A segunda edição não teve vigência, devido, inicialmente, ao esvaziamento orçamentário e político e, subseqüentemente, à extinção em 2019 da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que se configura como um espaço de diálogo entre sociedade e governo (ANA, 2024). No entanto, mesmo com esse cenário, a sociedade civil se manteve articulada e continuou construindo ações e estratégias para seu fortalecimento em meio à ausência de incentivos e de apoio das políticas públicas. Em 2023, com uma nova gestão federal, as duas instâncias respon-



sáveis pela gestão da PNAPO, a CNAPO e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), retornaram e retomaram seus trabalhos.

Além da esfera federal, a PNAPO prevê que os estados construam suas próprias políticas e planos de agroecologia e produção orgânica. Neste momento de retomada de discussões e debates sobre agroecologia e produção orgânica, as iniciativas e mobilizações em níveis locais são ainda mais necessárias para refletir sobre os necessários avanços nessa agenda.

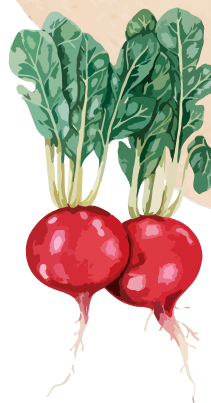
Nesse contexto, o GT Produção e Consumo de Alimentos da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável teve o desejo de conhecer diferentes experiências que se articulam e reforçam os processos de construção e fortalecimento dos planos estaduais em diferentes territórios. Assim, esta cartilha visa divulgar e refletir sobre como essas experiências integram discussões que vão da produção ao consumo de alimentos e o seu potencial de apoiar outras construções da sociedade civil organizada que buscam garantir e promover o direito à alimentação adequada e saudável.




Construindo o Ciclo de trocas: como se deu o projeto?

O *Ciclo de trocas* foi construído a partir da premissa de que a alimentação adequada e saudável deriva de sistemas alimentares sustentáveis e agroecológicos. Isso se encontra com a recomendação do *Guia alimentar para a população brasileira* (BRASIL, 2014) sobre a priorização do consumo de alimentos orgânicos e/ou de base agroecológica. Além disso, uma das propostas aprovadas na 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi o fortalecimento da PNAPO e o estímulo à criação de políticas estaduais e municipais de agroecologia (CONSEA, 2023).

Foi realizada para o *Ciclo de trocas* uma articulação entre os eixos do PLANAPO II considerados prioritários para o contexto atual do GT Produção e Consumo de Alimentos da Aliança: eixos referentes à produção, comercialização e consumo de alimentos, bem como eixos temáticos sobre agrotóxicos e equipamentos e sobre espaços públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Posteriormente, foi feito um mapeamento dos estados que haviam iniciado alguma discussão e/ou já tinham elaborado um PLEAPO, a partir da consulta à publicação *Entre desmontes e resistências: uma análise de políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a agroecologia* (ANA, 2022) para identificação dos estados que possuem Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) vigente e dos estados com PEAPO inativa. A partir desse mapeamento, foram selecionados os estados potenciais para participação nos encontros, com o cuidado de contemplar participantes de diferentes regiões do Brasil. Assim, buscou-se atores-chave da sociedade civil organizada, da academia e/ou da gestão que tivessem participado ativamente dos processos em seus estados. O GT Produção e Consumo de Alimentos, então, convidou alguns desses atores para relatar suas experiências no *Ciclo de trocas*.

Dados esses passos, foram elaborados três encontros, sempre pactuados com os membros do GT Produção e Consumo de Alimentos e com os participantes dos encontros. Os temas e as principais informações sobre os atores convidados estão dispostos no quadro abaixo. Os encontros contaram com a presença de integrantes da Aliança, de participantes das instituições com atores que relataram suas experiências e de integrantes de instituições e coletivos interessados nas pautas.



I ENCONTRO	<p>Experiências participativas na construção dos PLEAPOS</p>	 <p>Rio de Janeiro e São Paulo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) • Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) • Instituto Káiros
II ENCONTRO	<p>Existe alimento adequado e saudável com veneno!? Interfaces possíveis (e necessárias) entre os PLEAPOS e a luta contra os agrotóxicos</p>	 <p>Sergipe e Rio Grande do Sul</p> <ul style="list-style-type: none"> • Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida • Rede Sergipana de Agroecologia (ReSeA) • Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SDR)
III ENCONTRO	<p>Por que a comida de verdade nem sempre é acessível? Relações entre os PLEAPOS e os equipamentos e espaços públicos de SAN</p>	 <p>Amazonas e Distrito Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> • CNAPO • Coordenação-Geral do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) • Associação Maniva de Certificação Participativa (OPAC Maniva) • Instituto Brasil Orgânico (região Norte) • Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN) da Universidade de Brasília (UnB).

Os registros dos encontros foram realizados por meio de relatorias para posterior sistematização de cada encontro, o que subsidiou a escrita desta cartilha. Assim, este material inclui, de modo geral, informações sobre os processos de construção dos PLEAPOS, como as ações de mobilização social e suas principais etapas, as potências alcançadas e os desafios enfrentados, bem como algumas reflexões sobre temáticas relacionadas aos planos.

Esta cartilha tem como propósito divulgar experiências e reflexões de diferentes atores sociais em distintos territórios do Brasil com o potencial de serem multiplicadas e de inspirarem atividades de mobilização para construção e monitoramento de planos estaduais por diferentes segmentos da sociedade envolvidos com ações de promoção da agroecologia e da SSAN.





PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DOS PLEAPOs

Mobilizações de participação social, potências e desafios

EVENTOS MOBILIZADORES

Eventos nacionais que pautam a agroecologia são importantes espaços de mobilização de diferentes grupos e territórios. Esses espaços possibilitam despertar discussões e estratégias em torno da importância dos PLEAPOs nos estados. Contribuem para o fortalecimento do processo de elaboração e aplicação de forma conjunta, convergindo assim pensamentos e reflexões em torno de um objetivo comum.

O Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) possuem papel fundamental para a disseminação e a convergência da pauta da agroecologia em níveis nacional, regional e local. Vale destacar que o processo de construção e o conteúdo da PNAPO e do PLANAPO são essenciais como referência e embasamento para alavancar políticas e planos estaduais.



A iniciativa Políticas Públicas de Agroecologia na Boca do Povo fomentada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) contribui para que grupos regionais resgatem e/ou discutam os seus planos!

ESPAÇOS E INSTRUMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS

Existe uma diversidade de espaços e instrumentos de mobilização e participação social criados nos diferentes estados para elaboração de PLEAPOs, como os espaços populares que propõem oficinas com redes estaduais e regionais, as caravanas agroecológicas e a produção de seminários regionais e locais. Além dessas iniciativas, há as ligadas a espaços institucionais e do poder público, como a criação e formação de comitê gestor do PLEAPO; de comissão assessora em secretarias; de câmara técnica em conselhos; bem como de grupos de trabalho para realizar reuniões temáticas e consultas públicas.

Esses espaços permitem a criação de processos de discussão e elaboração de propostas para o PLEAPO. Para as discussões e propostas, há instrumentos como os diagnósticos institucionais de iniciativas e experiências locais e regionais com base em documentos pré-existentes e a criação de questionários para que as organizações públicas e a sociedade civil apontem questões prioritárias a serem abordadas nos planos.

ENVOLVIMENTO DE DEPUTADOS ESTADUAIS

O diálogo com secretarias estaduais e deputados que possuem alguma pauta e/ou proximidade ou alinhamento com a narrativa do movimento agroecológico se faz muito necessário para colaboração e fortalecimento do processo de construção participativa, além de apoio para ajustar a linguagem que a escrita do plano exige.

PROCESSO DE GARANTIA DE RECURSO PÚBLICO

Para que o PLEAPO seja colocado em prática é essencial que se tenha condições orçamentárias. Para isso, é importante a criação de estratégias para garantir recursos, como articular com diferentes áreas do campo da agroecologia para construir articulações com as secretarias do estado, entendendo quais são os pontos de integração dentro do Plano Plurianual (PPA) do estado.

“ ***A política pública só de fato é uma prioridade quando a gente tem orçamento e financiamento envolvido com ela*** ”

– Anelise Rizzolo
(Professora da UnB)



Saiba mais no vídeo produzido pela ANA:
[Orçamento público e sua relação com as políticas públicas](#)

Experiência do Rio de Janeiro: foi realizada uma incidência no Fundo Especial de Controle Ambiental (FECAM) – instituído na Lei estadual nº 1060/1986 – pela Câmara Técnica de Agricultura Orgânica e Agroecologia (CTAOAE) e pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA). O objetivo foi garantir que o recurso do fundo pudesse ser utilizado em programas e projetos ambientais de órgãos públicos estaduais, prefeituras, universidades públicas e organizações não-governamentais sem fins lucrativos. Além disso, também foi solicitada a destinação de 2,5% dos recursos do FECAM para a implementação da PEAPO-RJ.

Principais potências alcançadas

Em **São Paulo**, a elaboração do PLEAPO-SP contou com ampla participação da sociedade civil. Cada um dos 12 eixos do plano ficou a cargo de um GT específico, com integrantes da sociedade civil e poder público. O plano foi publicado em 2022 e atualmente está num momento de retomada, mas ainda sem grandes desdobramentos, necessitando de maior organização da sociedade civil para pressionar por seu avanço.



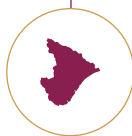
O **Rio Grande do Sul** instituiu um Comitê Gestor do PLEAPO-RS comprometido, com membros tanto de instituições, organizações da sociedade civil, universidades quanto de secretarias e órgãos federais. Outras potências foram a obtenção de parcerias com organizações de agroecologia, assinatura de convênios entre o Estado e prefeituras, além de ações interinstitucionais, como a capacitação de técnicos e a produção de cursos e oficinas com agricultores. Essas potências também promoveram o fortalecimento interno das ações de diferentes instituições públicas. Ademais, o PLEAPO-RS foi incluído no Sistema de Elaboração, Acompanhamento e Revisão do Plano Plurianual (SISPLAG) e, em 2017, foi inserido no Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG).



A atuação da Rede Maniva de Agroecologia (REMA) no **Amazonas**, que se configura como um movimento social e como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), foi apresentada como uma grande potência. A REMA é composta por povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, extrativistas e agricultores familiares, que atuam no Sistema Participativo de Garantia (SPG), fomentando relações de trocas que fortalecem a rede e contribuem para o acesso aos mercados, além da realização de outras atividades como mutirões e oficinas voltadas ao intercâmbio de práticas agroecológicas.



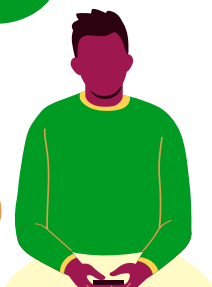
Em **Sergipe**, a realização de seminários regionais para elaboração do PLEAPO promoveu articulação entre os movimentos dos territórios. Um dos desdobramentos desse processo foi a adoção de metodologias estratégicas para a construção coletiva do 11º CBA ocorrido no estado em 2019.





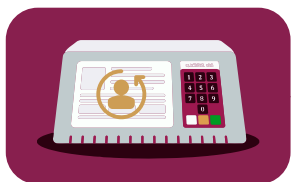
A Comissão da Produção Orgânica do **Rio de Janeiro** (CPOrg-RJ) criou um GT para discutir a PNAPO, que se configurou um processo de união entre o movimento agroecológico e o movimento orgânico do estado na construção popular do PLEAPO.

No **Distrito Federal**, houve reunião e oficinas com redes regionais, impulsionadas pela iniciativa da ANA citada anteriormente. Essas ações promoveram reflexões para elaboração de propostas para o PLEAPO distrital com mobilização social.



Principais desafios

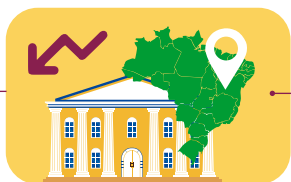
Os desafios em comum que dificultam o processo de construção dos planos estaduais estão descritos a seguir.



Mudança e instabilidade na gestão dos governos dos estados, que provocam a descontinuidade de políticas públicas.



Dificuldade na **garantia de processos e espaços de comunicação** com a população e entre as redes de agroecologia.



Conjunturas desfavoráveis nas esferas **federal, estadual e municipal**.



Orientação política **conservadora** de governadores.



Dificuldade na **garantia de recursos** suficientes para gerir os PLEAPOS.

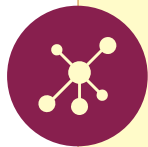


Obstáculos na construção e/ou fortalecimento de estratégias para fomentar **espaços de armazenamento, de comercialização e de abastecimento popular**.

Para além desses desafios, há os enfrentados cotidianamente pela agricultura familiar, pelos povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais, que impactam suas práticas e saberes e, assim, suas existências, de forma que se refletem no cenário de participação social no processo de construção dos planos. Entre os principais desafios cotidianos estão, entre outros, a grilagem de terras e ameaças ambientais; a contaminação por agrotóxicos; a escassez de assistência técnica e de insumos; a falta de acesso à água, luz, moradia e saneamento básico (infraestrutura); o envelhecimento da população do campo; as dificuldades no processo de certificação.

“ ***A agroecologia vive um desafio muito grande de comunicação e, para nós no Amazonas, fica muito evidente esse desafio*** ”

– Ramon Morato
(Secretário da OPAC Maniva e Diretor da região Norte do Instituto Brasil Orgânico)



Um desafio enfrentado pela **REMA no estado de Amazonas** é o processo de comunicação e de viabilização da agroecologia nos diferentes territórios, que inclui dificuldades em conectar os avanços científicos e tecnológicos com o conhecimento tradicional e ancestral dos povos e comunidades tradicionais sem sobrepor nenhum saber. Há o cuidado de dialogar e realizar convergências das narrativas desses povos e comunidades para evidenciar que suas práticas e saberes fazem parte da agroecologia e precisam ser respeitadas!

Os Planos Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica

Os estados representados nos encontros do *Ciclo de trocas* possuem PLEAPOs com muitas similaridades, mas também com algumas diferenças que geram reflexões sobre os planos em torno das discussões locais, regionais ou nacionais.

No Distrito Federal, os eixos do Plano Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (PLADAPO) dialogam muito com os eixos do Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos (PRONARA), que foi elaborado pela CNAPO, mas nunca foi implementado. Porém, não foi incluído no PLADAPO um eixo sobre participação e controle social, como há no PRONARA.

Já no PLEAPO de Sergipe foi construído o eixo Comunicação agroecológica, elaborado a partir de inspirações da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e das experiências e dos conhecimentos do camponato nos territórios. Em relação ao Rio de Janeiro, o PLEAPO apresenta um plano de comunicação com o propósito de difundi-lo nos territórios, por meio de comunicação participativa com utilização de diferentes ferramentas.

Infelizmente, uma similaridade que se encontra em muitos estados é a ausência de implementação dos PLEAPOs e das PEAPOs pelas respectivas gestões. Assim, apesar dos esforços da sociedade na construção de um plano alinhado com suas especificidades e demandas, não há efetivação do que foi discutido e planejado coletivamente.



Conheça os planos dos estados e/ou distrito que participaram do Ciclo de trocas:

RIO DE JANEIRO:
[PLEAPO/RJ 2022](#)

DISTRITO FEDERAL:
[PLADAPO 2023-2026](#)

SÃO PAULO:
[PLEAPO/SP 2023-2027](#)

SERGIPE:
[PLEAPO/SE 2018](#)

RIO GRANDE DO SUL:
[PLEAPO/RS 2016-2019](#)

Relacionando os PLEAPOS com temáticas do GT Produção e Consumo de Alimentos

Durante o *Ciclo de trocas*, foi realizado o exercício de relacionar os eixos dos PLEAPOS com as temáticas discutidas pelo GT Produção e Consumo de Alimentos da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Essas temáticas foram escolhidas considerando o interesse do GT em aprofundar as discussões sobre determinado assunto e/ou os debates na conjuntura brasileira atual. Assim, foram elaboradas questões orientadoras que buscam relacionar os temas elencados abaixo com as discussões sobre os planos.

ARTICULAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E/OU ESPAÇOS PÚBLICOS E POPULARES DE SAN

Partindo do entendimento de que os equipamentos e espaços de SAN têm papel crucial no enfrentamento da fome, na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e no fortalecimento da agricultura familiar, é de extrema importância que as políticas públicas que fortaleçam esses equipamentos e espaços estejam articuladas com outras políticas públicas, como a PNAPO. No entanto, existe de fato uma relação entre os equipamentos de SAN e o PLANAPO?

O representante da CNAPO no *Ciclo de trocas* pontuou em seu relato que, ao observar o conteúdo do PLANAPO II, o eixo de Comercialização é o que mais dialoga com equipamentos de SAN. Porém, não havia mais elementos para estender essa relação, haja vista que as subcomissões da CNAPO, até abril de 2024, ainda não tinham sido reorganizadas. Foi ressaltado, ainda, que

agroecologia, abastecimento de alimentos e equipamentos e espaços de SAN são pautas de extrema importância que não podem continuar sendo setorizadas, ou seja, sendo incluídas apenas na pasta de um único ministério.

Entre os diversos desafios mencionados sobre essa relação, pode-se destacar dois principais: garantir orçamento para estruturar os equipamentos de SAN por meio de estratégias de abastecimento com alimentos locais, agroecológicos e/ou orgânicos provenientes da agricultura familiar; e viabilizar ações promotoras da agroecologia e da alimentação adequada e saudável, assegurando recursos para esses campos.

Para que essa relação seja melhor articulada, foi enfatizada a necessidade de construir um vínculo de proximidade e diálogo entre a CNAPO, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Além disso, fortalecer as organizações sociais para qualificá-las e aumentar as incidências junto aos governos dos estados, de forma que possam, em conjunto, disputar por orçamento e dialogar com ministérios e parlamentares para liberação de recursos e emendas que fortaleçam as políticas e seus planos.



FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL



A participação social é o exercício da democracia e constitui o direito da população de poder decidir sobre o que é de interesse público. Partindo do entendimento de que a sociedade é diversa, as políticas públicas devem considerar as decisões e demandas da população. Assim, a participação social é uma forma da população se envolver na formulação, execução, implementação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas, podendo ser realizada de diversas formas e em diferentes espaços (ANA, 2021).

A incidência política tem a importância de possibilitar que a participação social seja praticada, evidenciando para os estados que as vontades e demandas dos movimentos e organizações sociais precisam ser implantadas e que suas práticas sociais e mobilizações são potentes para criar arranjos políticos que unem o campo, as florestas e as cidades. O processo de participação social pode se dar a partir das consultas e audiências públicas, da criação de comissões e frentes parlamentares, como a própria CNA-PO, e da atuação no diálogo entre as instâncias governamentais e as entidades da sociedade civil relacionadas à agroecologia e à produção orgânica.

“ **Não podemos nos dar o luxo de não incidir nas questões políticas** ”

– Bernadete Montesano
(REDE CAU e AARJ)

ENFRENTAMENTO DO USO DE AGROTÓXICOS

O Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo (Montenegro; Dolce, 2024). No nosso país, o modelo de produção agrícola hegemônico, fortemente disputado por grandes corporações do agronegócio, traz diversos impactos ambientais, de saúde humana e econômico. São exemplos: a inviabilização da produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar e por povos e comunidades tradicionais, que estão sujeitos em seu entorno à contaminação de suas produções e de sua saúde, bem como dos solos e das águas de seus territórios (Friedrich *et al.*, 2021).

A promoção do uso sustentável dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas naturais e a promoção da SSAN são exemplos de algumas das diretrizes da PNAPO que reforçam que a utilização de agrotóxicos não é uma opção para a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos.

No que se refere à articulação com os PLEAPOs, os planos precisam discutir e incorporar transversalmente nos seus eixos os debates sobre agrotóxicos e o princípio da transição agroecológica e orgânica nos sistemas de produção. São exemplos disso a articulação de leis protetivas de agrotóxicos nos níveis federal, estadual e municipal e as iniciativas de leis estaduais e municipais específicas que busquem a redução do uso de agrotóxicos, tal como a proibição de pulverização aérea e a criação de zonas livres de agrotóxicos, entre outras (Friedrich *et al.*, 2021).

No *Ciclo de trocas*, foi apontada a extrema importância não só da criação, mas da aplicação de leis nacionais, pois elas permitem que sejam estabelecidos dispositivos para que estados e municípios criem leis mais protetivas no âmbito da saúde pública e ambiental. O PRONARA, por exemplo, visa reduzir o uso de agrotóxi-



cos e promover práticas agrícolas mais sustentáveis. No entanto, apesar de ter sido formulado pela CNAPO em 2014, nunca foi implementado.

Dessa forma, é essencial que o PLANAPO III inclua em suas diretrizes a implementação do PRONARA, partindo do entendimento de que esse plano propõe articular e criar políticas públicas de redução no uso de agrotóxicos. Até o fechamento desta cartilha, o PLANAPO III já teve seu lançamento adiado quatro vezes por não haver, dentro de um governo federal de coalizão, consenso sobre o PRONARA. Essa necessidade de articulação é ainda mais evidente devido ao histórico do governo federal anterior (2019-2022) de aprovação em massa de leis que favorecem o uso de agrotóxicos e de flexibilização do registro de agrotóxicos e do sistema de fiscalização ambiental.

ARTICULAÇÃO COM A ATUAÇÃO DA CNAPO

Mesmo com a retomada do PLANAPO por meio da recriação da CNAPO, há ainda muitos desafios para garantir que sejam construídas ações efetivas e contínuas. Já foi ressaltada nesta cartilha a diferença entre a sociedade civil e os setores do governo no nível de diálogo e no envolvimento com as pautas de agroecologia e produção orgânica. Devido aos longos anos de estagnação do PLANAPO, as organizações e movimentos sociais estão mais avançados no processo de construção de propostas e ações para o fortalecimento dessas pautas. No *Ciclo de trocas*, foi reforçada a importância de permear as discussões da agroecologia dentro da CNAPO com o tripé formado pela promoção da saúde, pelo enfrentamento da fome e pelo enfrentamento da emergência climática.

“**É preciso colocar a agroecologia no lugar que ela merece, dá mais centralidade a agroecologia dentro do governo**”

– Leomárcio Araújo
(Integrante da CNAPO
e da Coordenação-
Geral do MPA)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de partilha sobre a elaboração e implementação dos PLE-APOs tem proporcionado valiosos ensinamentos e aprendizados fundamentais para a promoção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis. Um dos principais aprendizados é a importância do envolvimento comunitário, demonstrando que o sucesso desses planos depende do engajamento ativo de agricultores, líderes comunitários e organizações locais, bem como da vontade política de gestores públicos. Fica nítida a atenção necessária ao acesso a linhas de crédito específicas para facilitar a transição agroecológica.

A PNAPO precisa significativamente da interseção com outras políticas públicas de diferentes campos temáticos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), que criam mercados institucionais para agricultores familiares. Ademais, vale

destacar também a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que valoriza conhecimentos tradicionais, e a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) para garantir o uso sustentável da água e melhorar as condições sanitárias. Outras políticas públicas importantes são o Programa para Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária (PRAISSAN) para fortalecer a inclusão produtiva de pequenos produtores por meio da regularização sanitária, a Política de Reforma Agrária, entendendo que a distribuição de terras é essencial para o combate à pobreza e para a produção de alimentos saudáveis, e a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC).

Esses são alguns dos exemplos da diversidade de políticas públicas existentes de diferentes campos de saber que necessitam dialogar com a PNAPO para que sejam contempladas as diversas demandas e necessidades da sociedade civil.

A coordenação entre diferentes políticas permite uma abordagem holística e integrada, que aborda os múltiplos aspectos da sustentabilidade, desde a produção até o consumo. Além disso, a interseção de políticas contribui para fortalecer a resiliência das comunidades rurais, ao promover práticas sustentáveis que melhoram a adaptabilidade às mudanças climáticas e outras adversidades.

O GT Produção e Consumo de Alimentos da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável reforça a importância da conexão e articulação entre coletivos, movimentos, instituições e gestão pública que pautam a agroecologia e a alimentação adequada e saudável, temas de extrema relevância a serem trabalhados juntos, haja vista

que a produção e o consumo de alimentos não estão descolados, fazem parte de toda uma cadeia produtiva nos sistemas alimentares.

Que esta cartilha possa despertar reflexões e indagações em torno dos PLEAPOs, do PLANAPO e das ações agroecológicas nos diversos territórios. Espera-se que todos os estados do país tenham um plano consolidado, implementado e articulado com outras políticas públicas. Que as diversas representações da sociedade civil sigam firmes e engajadas na construção e na exigência necessária de implementação dos planos estaduais e que os governos estejam comprometidos e envolvidos nessa pauta, respeitando construções e demandas da sociedade civil.

Agradecimentos

O GT Produção e Consumo de Alimentos agradece a todos os atores sociais convidados para os encontros virtuais do *Ciclo de trocas* que se dispuseram a compartilhar suas reflexões, conquistas e desafios sobre os planos estaduais de seus territórios. Esses atores foram essenciais para a materialização desta cartilha!



Referências

ANA. **Caderno 2 - Incidência política e participação social e popular.** Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2021. Coleção Agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/01/ANM_CAD2_online.pdf.

ANA. **Entre desmontes e resistências:** uma análise de políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022. Disponível em: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Entre_Desmontes_e_Resistenciais_ANA_2022.pdf.

ANA. **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) para o PLANAPO 2024-2027.** Rio de Janeiro: ANA, 2024. Iniciativa Políticas Públicas de Agroecologia na Boca do Povo. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2024/03/PLANAPO-2024-2027-WEB-2.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.

CIAPO. **Brasil Agroecológico:** Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. PLANAPO I. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/11/planapo-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica-planapo.pdf>.

CIAPO. **Brasil Agroecológico:** Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO 2016-2019. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016. PLANAPO II. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Planapo-2016-2019.pdf>.

CONSEA. Propostas aprovadas na etapa nacional. *In*: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 6., 2023, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: CONSEA, 2023. Disponível em: https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/rails/active_storage/blobs/redirect/eyJfcmFpbHMiOnsibWVzc2FnZSI6IkJBaHBBdk9sliwiZXhwIjpudWxsLCJwdXIIOiJibG9iX2kln19--43e09f-8125c1a1cd2317a16f7f55faf31acec2af/Propostas%20Aprovadas%206CN-SAN.pdf

FRIEDRICH, Karen *et al.* (Orgs.). **Dossiê contra o pacote do veneno e em defesa da vida!**. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

MONTENEGRO, Marcelo; DOLCE, Julia (Orgs.). **Atlas dos agrotóxicos: fatos e dados sobre agrotóxicos na agricultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2024. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/atlas-dos-agrotoxicos>.

Lista de siglas

- AARJ** Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
- ANA** Articulação Nacional de Agroecologia
- ASA** Articulação no Semiárido Brasileiro
- CBA** Congresso Brasileiro de Agroecologia
- CIAPO** Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
- CNAPO** Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- CONDRAF** Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONSEA** Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- CPOrg-RJ** Comissão da Produção Orgânica do Rio de Janeiro
- CTAOAE** Câmara Técnica de Agricultura Orgânica e Agroecologia
- ENA** Encontro Nacional de Agroecologia
- FECAM** Fundo Especial de Controle Ambiental
- GT** Grupo temático
- MPA** Movimento dos Pequenos Agricultores
- OPAC** Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

OPAC Maniva Associação Maniva de Certificação Participativa
OPSAN Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PEAPO Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PGPM-Bio Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PLADAPO Plano Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANAPO Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLEAPO Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNMC Política Nacional de Mudança do Clima
PNPCT Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNRH Política Nacional de Recursos Hídricos
PPA Plano Plurianual
PRAISSAN Programa para Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária
PRONARA Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos
Rede CAU Rede Carioca de Agricultura Urbana
REMA Rede Maniva de Agroecologia
ReSeA Rede Sergipana de Agroecologia
SAN Segurança Alimentar e Nutricional
SDR Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul
SEAPPA Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (RJ)
SISPLAG Sistema de Elaboração, Acompanhamento e Revisão do Plano Plurianual (RS)
SME Sistema de Monitoramento Estratégico
SPG Sistema Participativo de Garantia
SPGG Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (RS)
SSAN Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
UnB Universidade de Brasília



**Aliança pela Alimentação
Adequada e Saudável**

